



A Exploração da Floresta com Araucárias: Um Enfoque da História Ambiental

Vanessa Lando Bortoncello ¹

Claudia Petry ²

Jaime Martinez ³

RESUMO

As transformações ocorridas na floresta com araucárias revelam a maneira como as ações humanas se expressaram no território e o papel que a natureza desempenhou nas mudanças socioculturais, ecológicas e econômicas da região sul do Brasil. Através da consulta de referências que tratam sobre as características de *Araucaria angustifolia*, e da análise de trabalhos sobre a compreensão das transformações no território e na sociedade segundo a ótica da história ambiental, busca-se uma ampliação da análise histórica, relacionando as sociedades humanas com os sistemas naturais. Argumenta-se que a história ambiental pode relatar a relação do ser humano com a natureza, aqui com a floresta com araucárias, de tal forma, que este ao conhecê-la, modifique sua atitude, compreendendo a complexidade da questão ambiental, sendo caracterizado como um estímulo potencial para a conservação dessas florestas. Por fim, consideramos a floresta com araucárias um lugar da memória dos antigos habitantes do sul do Brasil.

Palavras-Chave: Araucária; Sociedade; História; Conservação.

¹ Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade de Passo Fundo, UPF, Brasil. nessa_bortoncello@hotmail.com

² Doutorado em Geografia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, PARIS 1, França. Docente na Universidade de Passo Fundo, UPF, Brasil. petry@upf.br

³ Doutorado em Ciências Biológicas Análise do Meio Ambiente pela Universidad Del Leon, U.L., Espanha. Docente na Universidade de Passo Fundo, UPF, Brasil. martinez@upf.br

A primeira relação de ruptura do ser humano com o ambiente natural começa na ruptura das relações benéficas com o solo (Ruellain 2010). Em seguida, a destruição continua com a extinção da biodiversidade, sendo a mais irreversível e catastrófica, a destruição dos seres vivos mais longevos, as árvores. Ao longo da história da humanidade, há inúmeros relatos sobre o desmatamento causando a extinção de populações residentes. E conforme novas descobertas são realizadas, novos aportes da história ambiental modificam a visão corrente sobre o assunto.

Nesse estudo, pretende-se contextualizar os impactos sofridos pela *Araucaria angustifolia* no território sul brasileiro ao longo do tempo, através de uma análise histórica que considera a relação da floresta com os aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicos. Se utilizará as contribuições da história ambiental como ciência social, que busca sempre relacionar as sociedades humanas com os sistemas naturais. E ao final, o desafio é descobrir se a história ambiental pode relatar a relação do ser humano com a natureza de tal forma, que este ao conhecê-la, modifique sua atitude, buscando compreender a complexidade da questão ambiental. Assim torna-se importante contextualizar aqui primeiramente, três casos de relações interdependentes de povos com as árvores locais, seus diferentes manejos e distintos pontos de vista da história ambiental sobre eles.

Em situações insulares, sempre há maior perigo de penúria. Então, o primeiro caso é o da Ilha da Reunião, no oceano Índico, à leste do continente africano. Esta ilha tinha originalmente 100% do seu território com florestas. Hoje não passa de 48%, e para garantir a sobrevivência de espécies raras e endêmicas, tem um importante plano de manejo e conservação desses recursos florestais (ONF 2018). Aqui, ainda houve tempo de parar um processo destrutivo de reserva arbórea tropical.

Outro caso peculiar, o da Ilha de Páscoa, no oceano Pacífico, à oeste do Chile, que sofreu um acentuado desmatamento, ainda sem causa definida consensualmente pela ciência. Há uma tendência de se dizer que seus habitantes (os Rapanui) provocaram um ecocídio - suicídio ecológico -, ao provocar tal desmatamento, utilizando ao longo de 7 séculos todos os recursos florestais disponíveis na ilha. O apogeu deste desmatamento ocorreu no século XVII (Cauwe et al. 2013). Entretanto, segundo os mesmos autores, através de estudos arqueológicos, encontrou-se que durante este período de 07 séculos houve produção de alimentos sem diminuição da população. Stevenson et al. (1999) reconheceram inúmeros jardins e campos domésticos de palha lítica. Estes autores propuseram que o mulching lítico encontrado foi uma inovação tecnológica introduzida para aumentar a capacidade de retenção de umidade dos solos das ilhas excessivamente drenadas. Essa inovação foi incorporada nos sistemas de campo gerenciados de elite que surgiram no início do século XV para atender às demandas de produção excedentária. Enfim, este povo Rapanui, normalmente designado como exemplo a não ser

seguido, pois foram responsáveis da destruição do meio ambiente - o que lhes foi fatal -, são ao contrário, um povo engenhoso que soube superar o desafio de uma modificação do meio onde viviam (Cauwe et al. 2013). E essa solução veio no manejo correto do solo por centenas de anos.

Um terceiro exemplo, este retratando uma relação saudável de povos ancestrais com o meio ambiente, vem sendo estudado na Amazônia pelos arqueólogos através de geoglifos, grandes figuras geométricas escavadas na superfície. Watling et al. (2017) encontraram mais de 450 geoglifos pré-colombianos ocupando cerca de 13.000 km² no Acre, norte do Brasil, apresentando 11 metros de largura e até 04 m de profundidade, demonstrando haver naquela época grande contingente populacional de indígenas para remover tal volume de terra. Estando ocultos sobre a floresta até o final do século XX, hoje esses geoglifos apontam os atuais impactos humanos associados à expansão do agronegócio de *commodities*. Os autores afirmam que foi a floresta de bambu que dominou a região por mais de 6.000 anos e que estes geoglifos foram construídos em pequenas clareiras dentro de uma grande floresta antropogênica que havia sido ativamente administrada por milênios. Na ausência de desmatamento generalizado, a exploração dos produtos florestais moldou essa paisagem em grande parte florestal que sobreviveu intacta até o final do século XX.

Para o historiador francês Pierre Nora (1992), a memória coletiva de um grupo social se cristaliza em torno de certos lugares que tem um valor simbólico, cuja função é constituir uma identidade. Estes lugares fazem parte da história e da memória. Para ele, um lugar da memória pode ser um objeto material e concreto, eventualmente situado geograficamente, mas pode ser um objeto abstrato e intelectualmente construído. Como referências ambientais, surge apenas no item Tradição do tomo 03 de sua extensa obra, um estudo sobre a “terra” (no subitem Modelos) e sobre a “parreira e o vinho” (subitem singularidades). Não há mais nenhuma outra referência na obra a elementos naturais ou ambientais. Por isso, a importância de começar a utilizar em terras americanas, esse conceito histórico das florestas como lugar da memória, junto com a história ambiental. O caso dos geoglifos acreanos demonstra um exemplo típico de lugar da memória destas civilizações indígenas que ali viviam no período pré-colombiano. E como seria originalmente este lugar da memória das florestas de araucária no sul brasileiro? Para compreendê-lo, é importante contextualizá-la originalmente dentro dos conhecimentos biológicos acerca da espécie.

A PAISAGEM *IN SITU* ANTES DO “DESBRAVAMENTO” DA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS

A Floresta Ombrófila Mista, também chamada de floresta com araucárias, é uma das fitofisionomias florestais que compõem o bioma Mata Atlântica. No Brasil, a área original de Floresta Ombrófila Mista ocupava até o final do século XIX cerca de 200.000 Km ocorrendo com mais

intensidade nos Estados do Paraná (40%), Santa Catarina (31%), Rio Grande do Sul (25%), apresentando manchas esparsas no sul de São Paulo (3%), adentrando até o sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro (1%) (Klein 1960). Essas áreas se localizam em altitudes entre 500 e 1.200 m nos planaltos do Sul e em altitudes ainda mais elevadas na Serra da Mantiqueira, regiões onde predomina o clima subtropical.

A floresta com araucárias é caracterizada pela presença do pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze), árvore de tronco cilíndrico e reto, cujas copas características dão um destaque especial à paisagem, sobressaindo acima da altura média da floresta e imprimindo uma fisionomia inconfundível a esse tipo florestal. O caule da araucária pode alcançar diâmetro normalmente de 01 a 03 metros, havendo registros de árvores ainda maiores. Vale ressaltar que no sub-bosque da floresta ocorre também uma complexa e grande variedade de espécies, como a imbuia (*Ocotea porosa*), a canela lageana (*Ocotea pulchella*), a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), o butiá (*Butia eriospatha*), o xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e tantas outras que contribuem para a caracterização desse ecossistema. No Paraná, onde é a árvore símbolo do Estado, a araucária é conhecida como pinheiro-do-paraná (Prochnow 2009).

A *Araucaria angustifolia* é classificada na família Araucariaceae, representada no mundo todo, por dois gêneros (*Araucaria* e *Agathis*), com um total de 32 espécies. Na América do Sul, ocorrem somente duas espécies, a *Araucaria angustifolia* e a *Araucaria araucana*, a última sendo característica do Chile. A espécie é geralmente dioica, ou seja, as estruturas reprodutivas masculinas e femininas não se localizam na mesma árvore. Embora desde cedo (entre os 10 a 20 anos de idade) já produza as pinhas e as sementes (pinhões), a idade média de um pinheiro adulto, de acordo com Reitz & Klein (1966) é de 140 a 200 anos. A época do amadurecimento dos pinhões, mais comumente em abril e maio, dependendo da variedade, é de grande importância para a alimentação de diversas espécies da fauna silvestre, como aves, mamíferos, roedores e também para o ser humano, bem como para a própria araucária, que se beneficia da dispersão das sementes levadas pelos animais, como aves e roedores por exemplo.

Ainda em relação à dispersão da espécie, na última década, alguns estudos arqueológicos realizados sugerem que a ampla expansão e ocupação da araucária dos planaltos do Sul do Brasil foi devida, em grande parte, ao transporte e atividade dos indígenas das tribos Kaingang e Xokleng (que tinham como característica marcante a construção de casas subterrâneas) (Wendling & Zanetti 2017). Isto porque este período de 1.450 anos atrás coincide com a ocupação desta região por essas tribos, que utilizavam o pinhão como alimento. Os autores ressaltam que os pinhões são sementes grandes, e que a

dispersão por animais ocorre à pequenas distâncias, o que reforça a hipótese de que os indígenas tiveram expressiva contribuição na dispersão da araucária no Sul do Brasil.

A araucária é uma das espécies mais antigas da flora brasileira, passou por diversos períodos geológicos, foi submetida às mais drásticas mudanças climáticas, conviveu com invasões e retrações marinhas. Porém, em apenas duas gerações, não está resistindo às queimadas, ao fio de machados e motosserras, disputas de terras e ausência de políticas públicas estratégicas, e à arrogante cultura humana de domínio e posse (Koch & Correa 2002). Segundo Dean (1996), o conhecimento sobre o complexo de espécies vegetais do bioma Mata Atlântica é mínimo, e na época ainda não havia uma lista definitiva das espécies ameaçadas de extinção (ou extintas) desta formação. Mas segundo ele, infelizmente, a floresta amazônica passa pelo mesmo processo. Quisera a araucária, por ser a matriz da floresta que leva seu nome ter outro desdobramento.

Segundo o Relatório de atividades do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO (Brasil 2004), restam menos de 03% da área original da floresta com araucárias, incluindo as florestas exploradas e matas em regeneração. Menos de 01% da área original guarda as características da floresta primitiva, ou seja, áreas pouco ou nunca exploradas. Essa situação ainda é agravada pela exploração ilegal da madeira e pela abertura de novas fronteiras agrícolas, além da conversão da floresta em áreas de reflorestamentos com espécies exóticas de rápido desenvolvimento. Ações que aumentam ainda mais o isolamento dos remanescentes, seja através do extermínio da floresta ou formação de fragmentos florestais. Esses fatores ameaçam toda a biodiversidade, uma vez que a maior ameaça para a extinção da espécie é a falta de regeneração natural e dificuldade de estabelecimento em novas áreas. A mesma pressão é exercida sobre os campos naturais associados à Floresta Ombrófila Mista, agravando ainda mais a situação desse ecossistema.

É importante ressaltar que a floresta com araucárias também abriga muitas outras espécies, algumas endêmicas, que formam comunidades interativas entre si e diferenciadas ecologicamente, onde a biodiversidade atinge níveis elevados, demonstrando que existe muita riqueza nesse tipo de formação florestal.

Conforme abordam Pires et al. (2012), essas formações florestais de ocorrência predominante na região Sul do país, são de alta relevância econômica, pois oferecem diversos recursos madeireiros e outros produtos da floresta, além de serem consideradas símbolo para a região já que mantêm uma forma de vínculo afetivo com o seu povo. Essas são algumas das razões pelas quais é preciso encontrar formas de estimular a conservação dessas florestas, bem como a sua utilização racional, pois somente a

legislação não será capaz de garantir a sua perpetuação, ou seja, é preciso comprovar que ainda existem perspectivas para o manejo sustentável da floresta com araucárias.

O PROCESSO HISTÓRICO DE EXPLORAÇÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS

O final do século XIX foi um momento histórico marcante na história de ocupação das terras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estados da região Sul do Brasil, um momento decisivo para o início da ocupação e exploração da floresta com araucárias, pois ao mesmo tempo que proliferavam as primeiras serrarias no Paraná, ocorreu também o início da imigração europeia (Leão 2000). Esse foi um dos fatores que promoveu a “abertura” de terras para a agricultura e pecuária, havendo a partir de então, um avanço crescente em direção às florestas nativas de araucária em todo o planalto sul-brasileiro.

A nova fase, estava centralizada nos interesses da colonização e exploração. Tanto as políticas públicas fomentadas pela ideia de progresso, quanto a concepção de natureza daquela época, contribuíram para a execução de um programa de colonização e exploração da floresta totalmente danoso, no qual a floresta era uma barreira e deveria ser devastada. Tais ideias serviram para atender os interesses econômicos das companhias de colonização e do próprio Estado, fazendo com que as populações tradicionais e os povos indígenas - dedicados ao extrativismo de erva-mate, às lavouras de subsistência, à coleta do pinhão - não resistissem diante dessas transformações que reduziram drasticamente o espaço onde viviam.

Com a colonização, a paisagem foi se transformando em um cenário de luta pela vida e pelo território, mas a história de ocupação humana na região é, na verdade, bem mais antiga. As matas de araucária foram habitadas por séculos por indígenas de diversas etnias, causando poucos “impactos negativos” às florestas, o que era demonstrando pela grande quantidade e diversidade de animais selvagens - hoje extintos da região - que ali viviam (De Carvalho 2010). Porém, em poucas décadas, essa grande diversidade e quantidade de fauna silvestre seria diminuída drasticamente, e em seu lugar, a presença humana seria aumentada.

Schmitz (2009) ressalta que os povos indígenas não tinham a intenção de destruir a mata, que era seu refúgio e produzia seu sustento, muito pelo contrário, sua presença proporcionou um manejo consciente ou inconsciente, fazendo com que a mata se adensasse e o pinheiral se expandisse. Tal situação revela a influência das araucárias na organização do espaço. Vale ressaltar que não era a ideia de propriedade da terra que prevalecia nesses casos, mas sim o direito à coleta dos pinhões nos pinheirais. Ou seja, os pinheiros é que orientavam o uso e a organização do território e os indígenas impediam qualquer outra utilização que os prejudicasse. Essa relação sustentável dos povos indígenas

que ocuparam a floresta com araucárias ao longo de séculos, como refere Zarth (2012), foi rompida com o início da extração das reservas naturais do pinheiro que se tornou a base da colonização dos imigrantes europeus que chegaram ao Brasil para se dedicarem à agricultura. Após utilizarem a madeira de araucária para a construção das primeiras casas, os imigrantes logo perceberam que a exploração daquela espécie poderia se tornar uma boa fonte de renda (Leão 2000). Até hoje, existem casas construídas com cerne de madeira de araucária daquela época, denotando a resistência e o excelente material para construção civil.

Conseqüentemente, esses eventos gerariam grandes impactos ambientais, pois depois de milhares de anos sem grandes mudanças na paisagem, essa região começaria a ser rapidamente modificada (Zarth 2012). Até então, as áreas constituídas por imensas florestas quase “intocadas”, destacavam-se por espécies como a erva-mate (*Ilex paraguariensis* A. St.-Hil.) e o pinheiro (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze). Sobre a erva-mate, Gerhardt aponta que:

A relativa ausência do mate na historiografia brasileira que trata da imigração e da colonização pode ser explicada pelo predomínio de caboclos e de empresários luso-brasileiros ou hispano-americanos na atividade. A lacuna historiográfica, contudo, também pode ser decorrente do olhar seletivo dos pesquisadores, geralmente voltado para o cultivo da terra e para a produção agrícola. A imigração e a colonização comprometeram a conservação das florestas e dos ervais nativos porque aumentaram acentuada e rapidamente a população das províncias onde aconteceram. O domínio das técnicas de germinação das sementes de *Ilex*, da formação de viveiros de mudas e dos monocultivos podem ter diminuído os esforços para conservação dos ervais nativos. (Gerhardt 2013 p.258)

Então, enquanto a erva-mate foi obtida por extrativismo, ainda havia alguma garantia da floresta (ou parte dela) permanecer. Para Gerhardt (2012), a agrobiodiversidade característica dos lotes coloniais, onde se plantava e se criava uma considerável variedade de vegetais e animais, que já teve um prejuízo em relação ao modo de vida caboclo, continua diminuindo rapidamente. Para ele, a recriação da paisagem rio-grandense, por exemplo, é um processo que prossegue e se acelera, gerando altos rendimentos para alguns e prejuízos sociais e ambientais para a maioria.

No início do século XX, a araucária passou a ser um fator de grandes oportunidades de negócio frente à crescente demanda por madeira em outras regiões do país e no exterior. Gerhardt (2013) quando trata sobre colonização, extrativismo e agricultura na Argentina, ressalta que ainda na década de 1920, circulava por lá um material informativo e publicitário de uma companhia, que tratava da exploração florestal em Misiones. Segundo o autor, a publicação se concentrou em quatro temas principais: a necessidade de desmatar e limpar uma área inicial para agricultura, o aproveitamento de madeiras para a construção ou para a venda, a possibilidade de extrair erva-mate nativa e a variedade de madeiras de boa qualidade disponíveis, inclusive a araucária. Isso quer dizer que os colonos estavam sujeitos ao mercado controlado por grandes e gananciosos empresários.

Nas décadas de 1950 e 1960, a madeira da araucária figurou no topo da lista das exportações brasileiras, chamando a atenção de empresas multinacionais como a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, também chamada de Lumber, grande empresa madeireira e colonizadora fundada nos EUA, sendo considerada a maior madeireira instalada na América Latina no início do século XX. (De Carvalho & Nodari 2008b)

A mão de obra empregada na Lumber (com exceção dos altos funcionários de origem norte-americana) era recrutada na região, entre a população local. No início do século XX, a região era habitada por caboclos - que já há muito viviam no planalto -, e por imigrantes europeus, principalmente poloneses, ucranianos e alemães (Tomporoski 2006). O mesmo autor ainda ressalta que a empresa possuía um grupo, chamado de corpo de segurança, composto por mais de trezentos homens fortemente armados, cujas funções estavam a manutenção da disciplina de toda a estrutura da empresa, a proteção das instalações, a repressão aos protestos dos operários e a expulsão ou assassinato de posseiros em terras de interesse da companhia.

Num quadro geral da devastação da floresta de araucárias, a Lumber teve um papel principal, pois entre as centenas de serrarias a explorar aquelas florestas, é importante salientar o papel de liderança na produção que exerceu por muitos anos. De acordo com De Carvalho & Nodari (2008b), durante a década de 1910, para suprir sua grande capacidade produtiva, a Lumber comprou uma série de fazendas cobertas de florestas com araucárias. Essas fazendas também eram habitadas por posseiros que viviam há anos na região do planalto Contestado, cujas terras tinham sido todas legitimadas junto ao governo do Paraná devido a maior proximidade e facilidade de comunicação com Curitiba do que em relação a distante Florianópolis. A empresa instalou serrarias a partir de 1911 nessa área contestada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e também na região dos Campos Gerais do Paraná, na divisa com o Estado de São Paulo. A serraria principal ficava na localidade de Três Barras, atual planalto norte de Santa Catarina, tendo capacidade de produção de 470 m³ de madeira serrada por dia, e chegou a ter cerca de 2.000 operários (Gauld 2006). Além da atividade madeireira, outra fonte de lucro da empresa, era a colonização, ou loteamento das áreas já desmatadas, que completava o processo de devastação iniciado pelas atividades madeireiras, não permitindo a regeneração natural nas áreas restantes (Nodari 1999).

De acordo com De Carvalho (2010), a Lumber atuou na extração e exportação de madeira de araucária no Sul do Brasil, empregando tecnologia sofisticada para os padrões da época, ela se dedicou também, por um breve período no início do século XX, à extração e ao comércio de erva-mate no Norte de Santa Catarina. Para Tomporoski (2011), além de explorar os vastos ervais nativos a Lumber

também comprava a *Ilex* de atravessadores locais, os quais acumulavam grandes quantidades adquiridas junto a pequenos produtores/coletores.

A história da multinacional no planalto sul-brasileiro está estreitamente ligada à construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, que ligaria Itararé (SP) à Santa Maria (RS). Essa ferrovia cortou extensas áreas coloniais e promovendo a colonização de vastas regiões “escassamente povoadas” que possuíam amplas extensões de florestas com araucárias praticamente inexploradas como no oeste de Santa Catarina, que estavam em disputa com o governo do Paraná (Nodari 1999). Em 1940, quando havia terminado o prazo de 50 anos dado pelo governo para a colonização e exploração das terras concedidas, o governo de Getúlio Vargas estatizou todos os bens da Lumber, e continuou a administrá-la por mais alguns anos, desativando-a gradativamente (Thomé 1983).

Apesar da exploração da araucária ter sido mais intensiva durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o comércio da madeira se manteve instável. De acordo com Leão (2000), na década de 1930 com o início da Segunda Guerra Mundial, as exportações brasileiras do “pinho” praticamente cessaram, provocando pânico entre os fornecedores nacionais. Na verdade, como afirma Pereira (1950) aquela indústria madeireira viveu uma fase de falsa prosperidade, pois atraía exploradores, que na busca de lucros fáceis promoveram a derrubada em massa dos pinheirais. O que mais impressiona é que essa ambiciosa atividade realizada sem critérios, provocou uma superprodução, ultrapassando até mesmo a capacidade de transporte da região, fazendo com que grandes quantidades de madeira serrada e pronta para o embarque nos portos apodreciam à margem das rodovias e ferrovias (Leão 2000).

Embora essa crise tenha alavancado a criação do Instituto Nacional do Pinho em 1941, que promoveu ações de reflorestamento e, através de mecanismos legais, controlou a ação das serrarias, grandes estragos foram realizados nas florestas. Todo esse processo esgotou as florestas de araucária por volta da década de 1970, quando a indústria madeireira passou a realizar plantios de espécies exóticas de rápido crescimento para garantir a continuidade da atividade (De Carvalho 2006).

O pinheiro tinha grande valor comercial, fornecendo madeira de boa qualidade e era utilizado como matéria prima para as indústrias madeireiras nos três Estados do Sul do Brasil. Desta forma foi iniciado o processo de desmatamento na região e a ameaça de extinção de muitas espécies nativas, pois, juntamente com as araucárias, sucumbiram outras espécies presentes nesta fitofisionomia (Moretto 2014). A mesma autora, quando utiliza a História Ambiental para estudar o processo dos usos e a conservação da *Acca sellowiana* (goiaba-serrana) observa que com a superexploração de recursos madeireiros e o avanço dos reflorestamentos de espécies exóticas, a Mata de Araucária foi

gradativamente suprimida e, com ela, grande parte das espécies frutíferas coexistentes nestes ecossistemas.

Embora tenham ocorrido alertas da sociedade para a gravidade da situação, o que mais impressiona são as atuais imagens de satélite e a constatação do desequilíbrio ambiental e social em campo. Savi (2014) expõe a impressionante carência madeireira de espécies nobres, conflitos agrários, extinção de espécies, escassez de recursos hídricos em cidades que tiveram áreas de campos naturais substituídas por Pinus, o que reflete um modelo de uso dos recursos naturais e alteração da paisagem original ultrapassado e comprometendo a qualidade de vida. Estes fatos sugerem que a conservação dos recursos naturais no seu valor biológico, paisagístico, econômico, cultural e social deverá almejar a recuperação da Floresta com araucárias considerando todos os fatores que a compõem integrados.

Nodari (2012), que há mais de uma década vem pesquisando as transformações ocorridas nas florestas do Sul do Brasil, constata que em todas as fases de devastação havia interesses econômicos em jogo, onde as florestas eram percebidas como fonte de renda em potencial. A pesquisadora publicou diferentes trabalhos resultantes de suas pesquisas evidenciando que o desmatamento desenfreado no século XX trouxe consequências irreversíveis aos ecossistemas locais. Os interesses econômicos de grupos sociais minoritários repercutem de forma direta nos demais grupos e na natureza, foi desta forma que a floresta foi sucumbindo e aumentando a perda de biodiversidade (Moretto 2014). Segundo Warren Dean (1996), antes mesmo do setor madeireiro ser estabelecido no Brasil, a floresta já era ameaçada por outros setores, como a agricultura, que era muito mais viável em solos de floresta. E como se pode perceber até os dias atuais, a adoção da agricultura transformou radicalmente a relação dos homens com a floresta.

HABITANTES POBRES E A REVOLTA CABOCLA: GUERRA DO CONTESTADO

Em meio a esse histórico de exploração da floresta e a construção da estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul, milhares de camponeses perderam suas terras, e também suas vidas. Após a chegada da ferrovia e da Lumber, com a valorização das terras na região, houve a intensificação da colonização, juntamente com a difusão de toda uma série de hábitos e costumes estranhos ao povo que ali vivia. Esses fatores, somados à devastação da floresta, geraram uma série de conflitos e problemas de legitimação das terras, que por sua vez ficaram mais complicados pelo fato de ser um território em disputa entre as autoridades políticas paranaenses e catarinenses (Amador 2010). Assim, no início do século XX, entre 1912 e 1916, nessa área então disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, denominada região do Contestado, uma luta camponesa pela posse da terra mobilizou cerca

de 20 mil pessoas, gerando um dos maiores conflitos sociais da história do país: A Guerra do Contestado.

Os caboclos, população que habitava a região, se revoltaram contra os governos estaduais, que promoviam a concentração da terra em benefício dos grandes fazendeiros. A revolta ocorreu também contra o governo federal, que concedeu uma extensa área de terra à empresa norte-americana Brazil Railway company, responsável pela construção do trecho da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Nesse contexto, a rebelião cabocla do Contestado (1912-1916) foi um fenômeno de ordem econômica e política que provocou profundas mudanças sociais na região oeste catarinense e, principalmente, para a população cabocla. A Guerra do Contestado foi uma verdadeira expressão das bruscas transformações pelas quais passou aquela sociedade e aquela paisagem, juntamente com as disputas políticas entre coronéis e posseiros pobres pelo acesso à terra. Além da atuação violenta contra os caboclos, pode-se afirmar que houve também uma atuação violenta contra as florestas com araucárias da região (De Carvalho & Nodari 2008b).

No contexto histórico, a Guerra do Contestado mostra a forma com que os políticos e os governos tratavam as questões sociais no início da República. Não havia espaço para a tentativa de solucionar os conflitos com negociação, quando havia organização daqueles que eram injustiçados pela reivindicação dos seus direitos, as forças oficiais, com apoio dos coronéis, combatiam os movimentos com repressão e força militar. Os interesses financeiros de grandes empresas e proprietários rurais ficavam sempre acima das necessidades da população mais pobre, como ainda se percebe atualmente em algumas realidades brasileiras.

Contudo, torna-se possível compreender a relação da Lumber e a Guerra do Contestado, pois estão estritamente relacionadas, seja pelas grandes alterações na paisagem, na política e na estrutura fundiária da região do planalto catarinense. A empresa promoveu tanto uma atuação violenta contra a população cabocla, gerando condições para a rebelião, quanto no ecossistema que sustentava essa população, iniciando um processo de alteração dramática da paisagem, como se pode perceber até na atualidade. Assim, conhecer a história dessa grande empresa estrangeira e sua relação com o processo histórico do desmatamento das florestas com araucária, através da abordagem da história ambiental, constitui uma contribuição para os que estudam a conservação dos remanescentes da floresta com araucárias.

TRANSFORMAÇÃO DOS ECOSISTEMAS: UMA ABORDAGEM DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Considera-se aqui que os humanos não são considerados os principais atores da história, visa compreender a dinâmica da natureza, que é muito anterior a ação humana. Ela envolve a descoberta

das características dos ambientes naturais do passado, pois para compreender a história ambiental, deve-se primeiro entender como o ambiente estava organizado e funcionava no passado. Nesse contexto, inclui-se um elemento de relevante importância: a cultura - fruto da criação humana -, que não pode ser negligenciada da história, já que à medida que a sociedade humana foi “evoluindo”, marcas foram deixadas desde as florestas até nos oceanos, muitas vezes não havendo uma maneira prática de se distinguir entre o natural e o cultural.

A atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta não depende exclusivamente da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes do surgimento do *Homo sapiens*. Pádua (2010) reforça esses argumentos quando afirma que a história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas, mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. Ressalta que “o desafio é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos”.

A modernidade da questão ambiental apresenta a ideia de que a relação com o ambiente natural constituiu, muitas vezes, um problema radical e preocupante para a continuidade da vida humana. Porém, essa ideia deve ser entendida em sentido mais amplo. Ela não está relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbana e industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos anteriores e que com ela se relacionam, como por exemplo, a expansão colonial europeia e a colonização de vastas regiões do planeta, com uma grande variedade de territórios e ecossistemas. A proposta de comparar regiões, produções naturais, economias e culturas é fundamental para entender a emergência de uma preocupação com os riscos da ação humana. A própria ideia de colapso, de destruição do futuro, começa a aparecer nesse contexto (Pádua 2002).

A preocupação com os problemas ambientais esteve presente, ao menos na Europa, desde o final do século XVIII, ocupando um lugar relevante no processo de construção do pensamento moderno. Mas foi somente a partir da década de 1970, que a ideia de ecologia, de preservação do meio ambiente, de desenvolvimento sustentável, começa a ganhar força, “rompendo os muros” acadêmicos para inspirar comportamentos sociais e políticas públicas, tanto locais quanto globais (Pádua 2002). A história ambiental começou a se estruturar no início da década de 1970. O primeiro curso universitário de maior repercussão com o título de “História ambiental” foi ministrado em 1972, na Universidade da Califórnia, pelo historiador cultural Roderick Nash, que em 1967 havia publicado o livro *Wilderness and the American Mind*, um clássico sobre a presença da imagem de vida selvagem na construção das ideias sobre identidade nacional norte-americana (Nash 2001).

A experiência de muitos historiadores que hoje trabalham com a dimensão ambiental, compartilhada por antropólogos, economistas e demais cientistas sociais que adotam o mesmo enfoque, é justamente a da necessidade de buscar formas menos extremistas de estudo das relações entre sociedade e meio ambiente. As pesquisas de campo e as transformações na vida social contemporânea estimulam a busca por essas novas perspectivas, que podem indicar a esperança de uma união, que seja capaz de integrar o conhecimento acumulado pelas diversas disciplinas ou áreas, o que nos remete ao conceito de interdisciplinaridade.

Seja do ponto de vista epistemológico, seja do ponto de vista político, a percepção da unidade viva entre sistemas naturais e humanos se torna cada vez mais necessária. É nesse contexto que a história ambiental deve ser vista, como uma ampliação da análise histórica. Não se trata de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica, trazendo novas perspectivas para o estudo de antigos problemas (Pádua 2010).

A história ambiental se apresenta hoje como um campo vasto e diversificado de pesquisa, sendo que diferentes aspectos das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais são analisados anualmente por milhares de pesquisadores. As produções englobam tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais (Leibhardt 1988). A pesquisa em história ambiental não costuma se fazer apenas nas teorias, mas sim nas contradições de lugares e experiências vividas. Na maioria das vezes, ela se dá por meio de recortes geográficos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola (Drummond 1991).

A posição ocupada pela história ambiental deve significar o abandono da visão catastrófica e do “homem devastador” que costumeiramente temos ouvido. Schama (1995) já havia criticado o fato de a história ambiental, apesar de “oferecer algumas das mais originais e desafiadoras histórias que hoje estão sendo escritas”, prende-se excessivamente na análise da destruição, quando as relações entre sociedade e natureza podiam também ser construtivas e criadoras, especialmente no que se refere aos vínculos culturais. Hoje já é possível observar uma mudança nesse quadro, visto que as relações destrutivas e/ou construtivas devem aparecer no próprio andamento da análise, sem leituras preconcebidas ou estereotipadas. As visões fechadas e reducionistas não mais se sustentam, sendo preciso reconhecer a responsabilidade das sociedades humanas de proteger a biodiversidade e cuidar da

natureza como parte da sua coevolução, bem como do ambiente em que vivem, no qual a história natural e a história humana se entrelaçam (Sachs 2005).

Enfim, cada vez mais se percebe a presença da história humana na constituição de paisagens naturais, sendo notável também a diversidade das formas de percepção cultural do “mundo biofísico” e de sua relação com a vida das sociedades.

CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA AMBIENTAL NA COMPREENSÃO DAS FLORESTAS

A história se torna diferente quando vista no contexto ambiental, abrindo múltiplas possibilidades para a investigação interdisciplinar e incorporação de novos tipos de fontes, diferentes das habitualmente usadas pelos historiadores, destacando-se as que resultam da observação da paisagem ou do trabalho de campo, tão familiares a profissionais como biólogos, agrônomos, geógrafos, mas ainda distantes dos historiadores. A construção da história ambiental ocorre por meio de narrações que buscam ordenar o passado e a relação sociedade/natureza, que se apresentam muitas vezes como realidades misturadas e desordenadas. De acordo com Espindola, uma atribuição dos historiadores ambientais é

Reconhecer que os atos humanos acontecem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão naturais quanto são culturais. Natureza não é objeto, mas uma dinâmica da qual o ser humano é parte, é mudança: o morro do “pão de açúcar” de hoje não é o de ontem. O ser humano é parte da natureza, no sentido de que não pode existir fora dela, mas com a diferença de que ele se reproduz com mais velocidade e intensidade que outras espécies, por conta da sua economia, organização social, cultural e política. (Espindola 2012 p.169)

Realizar essa análise não é tão simples e exige um esforço para distinguir o pensamento que ainda vê a sociedade dissociada da natureza, do ambiente onde vive. A separação entre os seres humanos e a natureza, vem sendo fundamentada desde os textos bíblicos, através do ato de doação da terra, água, animais e plantas ao primeiro homem (Adão), para seu usufruto. É preciso também considerar a ideia que parte do julgamento antecipado da culpa atribuída exclusivamente aos homens pela destruição da natureza. Sabe-se que nos últimos anos, aumentam as denúncias em relação ao poder de destruição do homem, também é sabido sobre seu “poder de destruição”, porém, Espindola (2012) ressalta que “é preciso perguntar, mesmo que seja por provocação: o ser humano pode de fato destruir a natureza?”. O mesmo autor alerta que “a história ambiental não pode reproduzir um discurso ambientalista radical, que coloca de um lado a natureza e do outro o homem que a destrói, sem perceber a problemática relacional”.

O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas (Pádua 2010). Nesse sentido, a apropriação dos recursos naturais e a valorização das paisagens possuem uma clara

historicidade (Asdal 2003). Podendo-se usar como exemplo o ouro, que pode não possuir valor econômico universal, já que para os grupos indígenas que viviam no território brasileiro antes da chegada dos europeus podia ser bem menos valorizado do que é hoje. Esse e outros exemplos demonstram que cada ser humano constrói a sua realidade, e a realidade coletiva se constrói por meio de uma rede complexa de interações e interdependências, sendo que o grande desafio atual, está no reconhecimento dessa pluralidade de visões de mundo. Gerhardt & Nodari (2016) se utilizam da história ambiental para discutir a dualidade entre natureza e cultura, sugerindo que a domesticação de plantas e animais, por exemplo, é um resultado da complexa interação entre as sociedades humanas e a natureza, reafirmando que a biodiversidade é um dos maiores patrimônios ambientais. O mais digno de ser protegido, por sua fragilidade.

Em relação à destruição da floresta com araucárias, conforme já discutido por De Carvalho & Nodari (2008a), a história ambiental busca entender no passado, as raízes da crise ecológica que vivemos hoje e assim contribuir para a construção de um possível futuro sustentável, com um ambiente melhor conservado ou recuperado. E assim como esses autores também destacamos a relevância das ideias do historiador Warren Dean (1996), que na sua obra “A Ferro e Fogo” deixa claro que a história das florestas não deve se limitar a compreender o ambiente natural apenas do ponto de vista humano, vendo este ambiente apenas como uma simples reserva de recursos econômicos ou como mero cenário contra o qual se desenvolveriam isoladamente as ações humanas. Muito pelo contrário, o autor sugere um entendimento dinâmico da relação entre humanos e natureza, sobretudo quando se refere a história da Mata Atlântica. Para o autor, esse bioma tão devastado, não foi apenas objeto da sua história, mas também sujeito, ou seja, a floresta também atuou, impôs limites, ditou regras, ajudou a moldar atitudes e pensamentos àquelas sociedades que, um dia, se aventuraram no seu interior.

Dean (1996) não poupa ninguém da devastação da Mata Atlântica, índios, caboclos, colonos, grandes empresas, Estado... para ele, todos tiveram a sua parcela de responsabilidade no resultado final do processo. Esse bioma praticamente não existe mais em sua extensão e forma originais, tanto por causa dos séculos ou milênios de agricultura predatória, quanto pelas décadas de industrialização acelerada (Souza 2011).

Alguns autores brasileiros, como Euclides da Cunha (1866-1909) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) também podem ser tomados como precursores desse tipo de preocupação temática. Obras clássicas como *Os Sertões* (Cunha 1985) são alguns exemplos de reflexões preocupadas em inserir culturas e processos sociais em contextos ambientais específicos. Contudo, a obra “A Ferro e fogo” é considerada por muitos especialistas um dos primeiros e mais importantes trabalhos de História

Ambiental já realizados sobre o Brasil, pois conseguiu concretizar o objetivo de inserir, de maneira dinâmica, determinados processos humanos no interior de seus contextos naturais específicos. Um diálogo que, mesmo que não percebemos, história e natureza sempre realizam entre si.

Num sentido mais amplo, a provocação é superar as divisões entre natureza e sociedade, em favor da observação do mundo que se constrói ao longo do tempo e das relações entre os elementos que compõem a biodiversidade, desmitificando o mito da natureza intocada, que muitas vezes, ignora os interesses dos povos que habitam as florestas, que podem contribuir, e muito, para a sua conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração predatória da floresta com araucárias reforça o interesse de se refletir sobre a natureza do ponto de vista da história ambiental. Buscou-se então, através do presente estudo, trazer uma perspectiva diferente, abordando a relação do homem com a natureza nos espaços por ele habitados e modificados, compondo um dos vários campos de estudos compreendidos pela História Ambiental. Além disso, se traz aqui a reflexão sobre a floresta com araucárias como um lugar da memória, seja tal qual, pelas civilizações indígenas antigas, seja como a representação do marco fundador dos povoamentos dos caboclos que habitavam a região do Contestado e o dos imigrantes pioneiros.

Compreender a dinâmica das relações entre sociedade e natureza, assim como as condições nas quais elas se construíram, é um desafio constante. Nesse sentido, também se pode pensar que o presente será melhor compreendido quando não se perder de vista o passado. Dessa maneira, através da caracterização das transformações na paisagem da Floresta Ombrófila Mista ao longo do tempo, é possível compreender de que maneira as ações humanas se expressaram na floresta e qual o papel que a natureza desempenhou nas mudanças sociais, culturais e econômicas da região sul do Brasil. É nesse contexto que a história ambiental foi abordada, não como uma redução, e sim como uma ampliação da análise histórica, buscando ressaltar o valor intrínseco da Floresta com araucárias, e não apenas econômico.

Mesmo que a preocupação com as questões ambientais só apareça em um momento bastante recente da trajetória humana, pode-se dizer que as relações ambientais já estavam presentes, sendo percebidas ou não, segundo o padrão de cultura de cada época. Assim, as contribuições da história ambiental proporcionam o envolvimento de novos saberes e comportamentos na construção de uma relação interativa entre meio ambiente e sociedade, podendo ser esse um potencial estímulo à conservação dessas florestas.

AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF).

REFERÊNCIAS

- Amador MCP 2010. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste catarinense. *Revista Cadernos do Ceom* 22(31):499-508.
- Asdal K 2003. The problematic Nature of Nature: the post-constructivist challenge to environmental history. *History and Theory* 42(4):60-74.
- Brasil 2004. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO. *Relatório de atividades PROBIO 2002-2004*, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 58p.
- Cauwe N, De Daper M, Coupé D. Suicide écologique à l'Île de Pâques: ce qu'en dit l'archéologie. SPS. 2013 Jul [citado 28 Jan 2018]; n. 305. Disponível em: <http://www.pseudo-sciences.org/spip.php?article2184>.
- Cunha E da 1985. *Os Sertões*. Editora Brasiliense S.A., São Paulo, 632 p.
- De Carvalho MMX 2006. *O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 201 p.
- De Carvalho MMX 2010. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 300p.
- De Carvalho MMX, Nodari ES 2008a. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). *Revista Cadernos do Ceom* 21(29):63-82.
- De Carvalho MMX, Nodari ES 2008b. A Lumber, o Contestado e a história do desmatamento da floresta de araucária (1911-1950). In *IV Encontro Nacional da Anppas*, Brasília, 20 p.
- Dean W 1996. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Companhia das Letras, São Paulo, 484p.
- Drummond JA 1991. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos* 4(8):177-97.
- Espindola HS 2012. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In ES Nodari, J Klug (Org.), *História Ambiental e Migrações*. Oikos, São Leopoldo, p. 167-197.
- Gauld C 2006. *Farquhar, o último Titã: um empreendedor americano na América Latina*. Editora de Cultura, São Paulo, 520 p.
- Gerhardt M 2012. Os caboclos e a história da paisagem. In PA Zarth, *História do campesinato na Fronteira Sul*. Letra & Vida, Porto Alegre; Chapecó, UFFS, p. 240-255.

- Gerhardt M 2013. *História Ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 290 pp.
- Gerhardt M, Nodari ES 2016. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 5(3): 54-71.
- Klein RM 1960. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *Sellowia* 12(12): 17-44.
- Koch Z, Corrêa MC 2002. *Araucária: a floresta do Brasil Meridional*. Olhar Brasileiro, Curitiba, 148 p.
- Leão RM 2000. *A floresta e o homem*. Edusp; IPEF, São Paulo, 448 p.
- Leibhardt B 1988. Interpretation and causal analysis: theories in environmental history. *Environmental Review* 12(1): 23-36.
- Moretto SP 2014. *A domesticação e a disseminação da feijoa (Acca sellowiana) do século XIX ao século XXI*. Tese (Doutorado em História Cultural), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 432 p.
- Nash R 2001. *Wilderness and the American mind*. Yale University Press, New Haven, 413 p.
- Nodari ES 1999. *A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 68 p.
- Nodari ES 2012. Mata Branca: o uso do machado, do fogo e do motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In ES Nodari, J Klug (Org.), *História Ambiental e Migrações*. Oikos, São Leopoldo, p.35-54.
- Nora P 1992. *Les Lieux de mémoire*. Vol. III, Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires), Paris, 1652 pp.
- Onf.fr [página na Internet]. França: Office national des forêts [atualizado em 22 de janeiro de 2018; citado em 28 de janeiro de 2018]. Disponível em: <http://www.onf.fr/la-reunion/>.
- Pádua JA 2002. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 318 p.
- Pádua JA 2010. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* 24(68):81-101.
- Pereira OD 1950. *Direito florestal brasileiro*. Borsoi, Rio de Janeiro, 573 p.
- Pires PTL, Zeni Junior DM, Gaulke D 2012. As Unidades de Conservação e a Floresta Ombrófila Mista no Estado do Paraná. *Ciência Florestal* 22(3):589-603.
- Prochnow M 2009. *O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta: Unidades de Conservação da Mata Atlântica*. APREMAVI, Rio do Sul, 71p.
- Reitz R, Klein RM 1966. *Araucariáceas. Flora Ilustrada Catarinense*. Herbário Barbosa Rodrigues, Itajaí, 62 p.
- Ruellain A 2010. *Des sols et des hommes un lien menacé*. IRD, Paris, 105p.
- Sachs I 2005. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Garamond, Rio de Janeiro, 96 p.

- Savi M 2014. *Análise da distribuição das unidades de conservação do Município de Curitiba-PR*. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 188p.
- Schama S 1995. *Landscape and memory*. Harper-Collins, London, 652 p.
- Schmitz PI 2009. Povos indígenas associados à floresta com araucária. In CR Fonseca, *Floresta com araucária: ecologia e desenvolvimento sustentável*. Holos, Ribeirão Preto, p 283-291.
- Souza LA 2011. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. *AEDOS* 8(3):264-268.
- Stevenson CM, Wozniak J, Hao S 1999. Prehistoric agricultural production on Easter Island (Rapa Nui), Chile. *Antiquity*, 73(282):801-812.
- Thomé N 1983. *Trem de Ferro: história da ferrovia no contestado*. Lunardelli, Florianópolis, 198 p.
- Tomporoski AA 2006. "O pessoal da Lumber!" *Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 - 1929*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 207p.
- Tomporoski AA 2011. Entre o patrão e o coronel: a atuação da Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado, 1917- 1920. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH, São Paulo, 1-14p.
- Watling J, Iriarte J, Mayle FE, Schaan D, Pessenda LC, Loader NJ, Ranzi A 2017. Impact of pre-Columbian "geoglyph" builders on Amazonian forests. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(8):1868-1873.
- Wendling I, Zanetti F 2017. *Araucária: particularidades, propagação e manejo de plantios*. Vol. I. Embrapa, Brasília, 176p.
- Zarth PA 2012. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. In ES Nodari, J Klug (Org.), *História Ambiental e Migrações*. Oikos, São Leopoldo, p. 54-76.

The Exploration of the Forest with Araucaries: An Approach to Environmental History

ABSTRACT

The transformations occurring in the Araucaria forest reveal how human actions were expressed in the territory and the role that nature played in the socio-cultural, ecological and economic changes of the southern region of Brazil. Through the consultation of references that deal with the characteristics of *Araucaria angustifolia*, and the analysis of works on the understanding of transformations in the territory and in society according to the perspective of environmental history, an attempt is made to enlarge the historical analysis, relating human societies with the natural systems. It is argued that

environmental history can relate the relationship of the human being with nature, here with the forest with araucarias, in such a way, that this to know it, to modify its attitude, understanding the complexity of the environmental question, being characterized as a potential stimulus for the conservation of these forests. Finally, we consider the forest with araucarias a place of the memory of the ancient inhabitants of the south of Brazil.

Keywords: Araucaria; Society; History; Conservation.

Submissão: 30/01/2018

Aceite: 14/06/2018